

FIGURAÇÕES UNIVERSITÁRIAS: PROCESSOS SOCIAIS DE INCLUSÃO NO BRASIL E MÉXICO¹

Mario de Jesus Xavier
Universidade Federal do Espírito Santo
Graduando em Pedagogia
Bolsista de Iniciação Científica CNPq
mariojx1995@yahoo.com.br

Rayner Raulino e Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
raynerraulino@gmail.com

Eixo Temático: Do Direito à Educação: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social.
Comunicação Oral.

Resumo: Este artigo aborda a temática da inclusão de pessoas público-alvo da educação especial na educação superior. Os estudos de Silva (2018)² e Xavier (2018)³, a partir da perspectiva metodológica de estudo comparado buscou identificar núcleos de significação de sentidos de inclusão e/ou exclusão em dois contextos investigados: Universidade Federal do Espírito Santo-BRA e *Universidad Veracruzana-MX*. Como perspectiva teórica de análise inspirou-se na sociologia figuracional de Norbert Elias (1994), o que subsidiou a compreensão das diferentes realidades pesquisadas. Os dados foram compilados a partir de trabalhos acadêmicos sobre a temática, desenvolvidos no Brasil e no México. Utilizou-se, também, de documentos oficiais que configuram as políticas públicas de inclusão no ensino superior nas duas realidades. Os dados nos indicam que tanto na *Universidad Veracruzana* quanto na Universidade Federal do Espírito Santo, a presença desse público de alunos é fonte necessária para a reflexão sobre a temática da inclusão e/ou exclusão nos diferentes processos individuais e sociais.

Palavras-chave: *Inclusão no ensino superior. Educação Especial. Norbert Elias.*

¹ A intenção de propor caminhos para a ampliação da base teórico-metodológica, por meio dos estudos comparados, não apenas para traçar diálogos entre pesquisas de uma mesma temática, mas também a partir dessa investigação.

² SILVA, Rayner Raulino. **Deficiência, Discapacidade e Inclusão:** produção de sentidos nas figurações em contextos universitários. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

³ XAVIER, Mario de Jesus. **Sentidos de inclusão e/ou exclusão nas realidades brasileira e mexicana:** um estudo comparado no ensino superior. Relatório Final do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC, 2017/2018) – Universidade Federal do Espírito Santo, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. 2018.

Introdução

Este artigo é um desdobramento do projeto de pesquisa “Estudo Comparado Internacional em Educação Especial: o ensino superior em foco”, desenvolvido por dois grupos de pesquisadores, um brasileiro e um mexicano, que utilizaram instrumentos e procedimentos de investigação comuns na coleta e na sistematização de dados, objetivando analisar as políticas de acesso e de permanência dos estudantes com deficiência, envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos cursos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), campus Goiabeiras e da *Universidad Veracruzana* (UV), campus Xalapa-Mx.

No Brasil, somente nas últimas décadas que presenciamos políticas com a intenção de incluir grupos sociais antes excluídos às instituições de Ensino Superior. Entre essas políticas destacamos a Constituição Federal de 1988, que assegurou alguns direitos sociais, entre elas o direito a educação escolar como direito de todos. Temos também as políticas de “integração instrucional” de população antes marginalizada como a Política Nacional de Educação Especial de 1994, com viés orientador de processos de integração instrucional, condicionando o acesso à classe comum do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19). Ainda nessa década, a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, reserva um capítulo específico à Educação Especial, apontando direcionamentos para as políticas de educação relativas a essa modalidade (BRASIL, 1996).

Nesse percurso histórico, em 2001, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, foram implementadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre outros direcionamentos, essas diretrizes determinaram que os sistemas de ensino matriculassem todos os alunos nas escolas regulares, indicando que as escolas se organizassem para o atendimento aos educandos

com “necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2001). Os anos que se seguiram após a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, foram marcados por um conjunto de publicações oficiais que motivaram uma “nova” condução das políticas públicas em Educação Especial, principalmente a partir de 2008, com a instituição da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que, além de definir os sujeitos a serem trabalhados pela Educação Especial, sinaliza a necessária implementação de políticas públicas para que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham garantido o acesso, a participação e aprendizado nas escolas regulares (BRASIL, 2008).

É no fluxo desse movimento político e de outras transformações sociais que observamos um considerável crescimento no número de matrículas de alunos com deficiência, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2008 e 2014 tivemos uma evolução de 86% no número de matrículas na Educação Básica. Em 2008 contávamos com 375.775 alunos com deficiência matriculados nas classes comuns da Educação Básica, evoluindo para 698.768 em 2014. Em relação ao Ensino Superior, os dados do Censo registram um crescimento de 5.078 matrículas em 2003 para 23.250 em 2011, expressando um avanço de 357,86%.

Assim, considerando essas mudanças no número de matrículas de alunos com deficiência tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior bem como as proposições legais, implementadas nos últimos anos, destinadas a esse público, a perspectiva inclusiva na educação superior vem se constituindo em objeto de debates permanentes e consistentes desde o final do século passado. Principalmente porque, nesse nível de ensino, ainda carecemos de investimentos em pesquisas, e conhecimento mais aprofundado acerca das características desse público, suas possibilidades de acesso, permanência e participação das atividades acadêmicas e científicas no ensino superior.

A sistematização de reflexões no caminho para uma perspectiva inclusiva propõe evidenciar os marcos normativos e práticos que perpassam uma consciência educativa, firmada em dados importantes, por apontarem que a população público-alvo da educação especial também se efetiva em necessidades existenciais, políticas e históricas desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Para nosso estudo, levantar essas questões é imprescindível para a análise dos sentidos produzidos sobre inclusão e/ou exclusão de alunos com deficiência nos contextos acadêmicos da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil) e na Universidad Veracruzana (México).

Para nos debruçamos ao objetivo desse artigo, alguns movimentos específicos foram necessários:

1. Mapear os trabalhos acadêmicos brasileiros e mexicanos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior;
2. Compreender as políticas públicas universitárias de inclusão desse público-alvo no ensino superior dos países investigados;
3. Mapear o número de alunos com deficiência nas duas universidades, a fim de identificar o processo de inclusão.

As razões pelas quais se quer atingir estes objetivos são que os trabalhos acadêmicos bem como os documentos legais norteadores apresentam discursos e práticas presentes nos espaços em questão e com isso seja possível identificar núcleos de significação de sentidos de inclusão e/ou exclusão e promover pensamentos possíveis para estabelecer outras possibilidades de inclusão.

Discussão teórica e metodológica

A abordagem teórico-metodológica da pesquisa definiu-se como um fio condutor por meio do método comparativo com o propósito de identificar similaridades e diferenças nos contextos estudados e, assim, confrontar os dados obtidos considerando os seus contextos.

Conceição (2017, p.23) nos ajuda a pensar que não se trata das “amarras da hierarquização” entre os contextos brasileiros e mexicanos, isto é, trata-se de entender os perfis comuns e saber comparar e lidar com o processo de colonização/exploração singular de cada Estado para a formação das políticas para a Educação Especial no Ensino Superior.

Pesquisar os indivíduos e suas interrelações significa trazer diferentes situações promovidas por estas interdependências. Ao mesmo tempo em que o pesquisador observa o micro (indivíduo) ele observa o macro (sociedade). Para este estudo a sua natureza de pesquisa é a qualitativa, como nos aponta Michel (2015), há uma relação entre pesquisador e objeto de estudo por considerar que existe uma relação fluida e contextual. “O ambiente da vida real é a fonte direta para obtenção dos dados, e a capacidade do pesquisador de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teoria existente, é fundamental para dar significado às respostas” (MICHEL, 2015, p.40).

Nessa busca de encontrar algumas respostas, partimos do conhecimento investigativo da estrutura do todo (nós) para compreender o indivíduo (eu) nas figurações determinadas, pois como Elias (1994, p.25) nos ajuda compreender os processos sociais: “[...] é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas e únicas e começar a pensar em termos de relações e funções”. Assim, nossa investigação pode ser instrumentada para a análise desse processo social na perspectiva eliasiana por meio da Sociologia Figuracional.

Como procedimento da pesquisa, no *primeiro momento*, descrevemos o mapeamento dos trabalhos acadêmicos brasileiros e mexicanos sobre a inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade no ensino superior; para depois, em um *segundo momento*, mapear o número de alunos com deficiência nas duas universidades. Por fim, fazer a *triangulação dos dados* para compreendermos os sentidos de inclusão produzidos.

O que nos dizem os trabalhos acadêmicos sobre educação superior no México?

Tendo em vista a necessidade do diálogo comparativo entre os trabalhos e suas singularidades, identificamos um movimento da UV a partir de 2010, com visibilidade nas investigações que tratam, especificamente, para a inclusão no ensino superior. Identificamos também, em outros países próximos, algumas literaturas que nos possibilitam descrever concretamente sobre o tema (VADILLO, 2017).

Para pensar os desafios da universidade pública mexicana e na reflexão sobre a carência nesses estudos, foi necessário realizar um levantamento para a análise das produções postadas. Sendo assim, identificamos 3 (três) trabalhos que compactuam com o contexto de investigação do nosso estudo e o analisamos. As plataformas utilizadas para a coleta foram o Sistema de Información Científica Redalyc Red de Revistas Científicas de América Latina e Caribe, España y Portugal e 1 (uma) tese de doutorado encontrada na biblioteca digital da UV. Como eixo de pesquisa as palavras *personas con discapacidad y ensino superior* foram utilizadas para a busca.

Sendo assim, num cenário inclusivo, o Observatório latino-americano de Políticas Públicas (OLPED) compôs em seus estudos uma característica notável na maioria dos países que fazem parte de nosso hemisfério, onde “[...] os sistemas de educação superior que são altamente excludentes, também refletem, dinâmicas sociais externas ou dinâmicas que excluem os próprios sistemas educacionais em níveis mais baixos”, (SVERDLICK; FERRARI; JAIMOVICH, 2005, p.8. **Tradução do autor**).

Estas realidades aparecem nas entrelinhas sociodemográficas, nas figurações históricas, nas iminentes arbitrariedades das instituições sobre o papel social de cada cidadão e do dever do Estado com suas incumbências constitucionais; entretanto, nossos sujeitos de investigação – *as personas con discapacidad*

apresentam-se ao leitor, na leitura que temos de Elias (1994, p.13) como “observadores retrospectivos” no linear do tempo. Isto é, não é justificável do ponto de vista social e da equidade, que olhemos para trás e examinemos que a maioria das barreiras quanto às desigualdades continuem no viés da amplitude e, respectivamente, da restrição. Corroborando para nossos estudos, as seguintes autoras afirmam que

[...] la exclusión educativa comienza desde mucho antes de la universidad. En este sentido, es necesario considerar que el universo sobre el cual acotamos nuestra mirada está constituido por una población que ya ha pasado fuertes procesos de selección y discriminación. El colectivo en cuestión está restringido a una parte de la población que ha tenido el privilegio de llegar hasta el nivel superior de la escolaridad. (SVERDLICK; FERRARI; JAIMOVICH, 2005, p. 9).

O privilégio de chegar ao ensino superior é marcado por seleções de entrada e encabeça de vez a exclusividade, de forma geral, daqueles que não tiveram condições de acesso por toda vida até serem beneficiados por políticas compensatórias que favorecessem seu passo inicial no ingresso a universidade. A permanência será levada em conta no decorrer da análise dos trabalhos de pesquisa encontrados. Desta forma, do lado mexicano, os níveis educativos que antecedem ao ensino superior evidenciam-se uma exclusão atrelada as condições sócio-econômicas nas quais os indivíduos com discapacidades se encontram e esse contexto influencia as condições para permanência e sucesso nessa etapa do ensino, como nos ajuda a pensar Pérez-Castro (2016).

Os níveis de escolaridade avançam e vemos a promoção das tensões de interdependências que fazem um ato de desligamento dos sujeitos, negados à própria situação em virtude de um conhecimento entrelaçado nas relações de poder, sejam inalcançáveis à medida que o controle numa cadeia ininterrupta de inacessibilidade seja reduzido num processo social opressor das gerações (ELIAS, 1994). Isto é, pressupõem a sobrevivência por *processos planejados* de seletividade em detrimento das classes e de outros movimentos para personificação da meritocracia quando selecionados e aprovados.

Ainda, refutamo-nos, sobre o processo civilizador que (*in*) dependentemente de ser planejado ou não, torna as possibilidades de ordem constitucional reduzidas à ordem neoliberal para o capital e que caminha, arbitrariamente, na seguinte questão objetiva de ascensão, seja individual ou coletiva: “[...] além disso, os custos diretos e indiretos da educação para uma *persona con discapacidad* são muito mais altos, às vezes até três vezes mais, do que para um indivíduo *sin discapacidad*”, (PÉREZ-CASTRO, 2016, p. 4. **Tradução nossa**).

Prosseguindo, Vadillo (2016) aponta a desconstrução necessária para entendermos os caminhos de uma *discapacidad* que está inerente num fenômeno social e, numa outra visão, muito além de ser compreendido apenas com discursos que focam na pessoa que a apresenta. O autor defende uma produção existencial que vá além do singular e a universidade deve fomentar ações que não se limitem ao contexto escolar, mas sim, no acesso e interação com os outros discentes e docentes. Vadillo (2016) reitera:

Si bien se pueden mencionar en la actualidad diversos grupos como los indígenas, los pobres, las mujeres, etc. que fueron objeto de exclusión, en este trabajo lo que interesa es abordar el tema de la discapacidad. Aquí, la discapacidad será entendida como una construcción que tiene que ver con lo relacional y la interacción de una persona en condición deficitaria (déficit) y un contexto que le es adverso, que lo discapacita y no le permite desempeñarse de forma autónoma. La discapacidad se situará entonces del lado de la discriminación, de una relación de desencuentros sociales donde las barreras son contextuales más que personales. (VADILLO, 2016, p. 11).

Em outro artigo, Vadillo (2017) evidencia como resultados de sua tese apresentada anteriormente, as dificuldades dos grupos sociais excluídos historicamente em assumir sua autonomia nos processos sociais. Elias (1994) refere-se, neste entendimento, que os *seres humanos como indivíduos e como sociedades* estão alicerçadas por uma condição estruturante que vai além das subjetividades e que, de algum modo, perpassa a razão concreta do vivido, podendo ser afetado até a condição geracional de uma consciência futura. Com isso,

[...] parte das pessoas aborda as transformações sócio-históricas como se estas tivessem sido concebidas, planejadas e criadas, tal como agora se apresentam ao observador retrospectivo, por diversos indivíduos ou mecanismos (ELIAS, 1994, p.63).

As pessoas se apresentam ao ensino superior com suas histórias de superação e sempre estão olhando para os caminhos que percorreram até chegar à universidade. Por isso, Vadillo (2017) tem por objeto de estudo as políticas de inclusão educativa para alunos *com discapacidad* na Universidade Veracruzana/MX. Percebemos na leitura do texto a hegemonia do *habitus* hegemônico da visão médica imperante para o atendimento a esse público, portanto, diferente e potencialmente excluída.

O que nos dizem os trabalhos acadêmicos sobre educação superior no Brasil?

Para nos ajudar a pensar os desafios da universidade pública brasileira e na necessária reflexão sobre a carência nesses estudos, foi necessário realizar um levantamento para a análise das produções postadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT) onde encontramos 6 (seis) produções. Também recorremos ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com 2 (duas) produções, na qual descrevemos em ambas palavras norteadoras, respectivamente, sobre dois eixos para a filtragem dos trabalhos: ensino superior e educação especial; ensino superior e inclusão. E, por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Ufes, onde encontramos 4 (quatro) produções com os mesmos descritores relacionados acima ou com pesquisas que se aproximavam com a temática como subsídio para as reflexões sobre a inclusão/exclusão na instituição. Por fim, dessas, utilizamos 3 (três) produções integrais para a construção dessa sintética revisão de literatura, sendo elas, teses de doutorado e dissertações de mestrado acadêmico.

Oliveira (2009) em seu trabalho intitulado: “Ações afirmativas e inclusão sustentável de estudantes com limitações por deficiência na educação superior”, discute a continuidade da promoção de superação das necessidades de acessibilidade. A relação professor/aluno: entre a invisibilidade e o incômodo, o ponto crucial onde “[...] nosso ponto de partida é a concepção que professores são sujeitos de extrema relevância em qualquer projeto de inclusão educacional e social” (OLIVEIRA, 2009, p. 171).

Já a investigação de Freitas (2015), por meio de uma pesquisa de natureza descritiva exploratória com enfoque qualitativo e quantitativo, tenta analisar e compreender o ingresso e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência no ensino superior na UFBA, considerando o tipo deficiência, curso, renda, sexo, idade, cor e etnia (p. 63).

Na conversa sobre os contextos universitários, Bazilatto (2017) utilizando-se de um *Acordo de Cooperação Acadêmica* emerge sua investigação, formula suas questões e posiciona-se em sua dissertação de natureza qualitativa, apropriando-se do Estudo de Caso para “[...] analisar as políticas de acesso e de permanência dos estudantes com deficiência, envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal do Espírito Santo, campus Goiabeiras e da Universidade Veracruzana, campus Xalapa-MX” (BAZILATTO, 2017, p. 16). Especificadamente, delinea-se seu título em Surdez, Linguagem e conhecimento na Educação Superior: trajetórias formativas de surdos no Brasil e no México. Indissociavelmente, todos estes descritos comungam da necessária investigação nos processos sociais em andamento para a interdependência inclusiva do público-alvo da educação especial.

Sobre os números de alunos com deficiência: o que encontramos?

Contextualizamos⁴ a UFES em sua fundação no ano de 1954, sendo hoje, a mais importante e única IES pública do estado do Espírito Santo. Imaginamos assim, a ampla concorrência presente nas vagas dos egressos que disputam o vestibular na universidade, sem falar concretamente dos dados e informações presentes nessas estatísticas anuais.

A instituição é composta por quatro campi universitários distribuídos pela cidade de Alegre, São Mateus e dois na capital, situados em Goiabeiras e Vitória. A estrutura é organizada da seguinte forma: (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE; Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN; Centro de Educação – CE; Centro de Ciências Exatas – CCE; Centro de Ciências da Saúde – CCS; Centro de Ciências Agrárias e Engenharias – CCAE e Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde – CCENS).

Empregando todos estes espaços nos cursos de graduação, a dissertação de Silva (2018) aponta para o seguinte fluxo de alunos matriculados com deficiência no ensino presencial e a distância, conforme vemos:

TIPOLOGIA	N.º DE ALUNO
Auditivo	32
Autismo	04
Física	49
Intelectual	05
Múltipla	04
Surdocegueira	00
Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)	07
Visual	57
Não informado	41
Total de alunos público-alvo	199

Fonte: SILVA (2018, p. 40) | NAUFES (2017).

⁴ Disponível em: < <http://www.ufes.br>>. Acesso em: 11 de Dezembro de 2017.

Utilizamos tais dados quantitativos levantados em 2017 através do Núcleo de Acessibilidade da Ufes (NAUFES), para demonstrar que não houve uma atualização real dos mecanismos de identificação desse aluno. Atualmente, esses discentes também efetivam sua matrícula pela autoidentificação, embora existam casos em que a família ou o próprio aluno entregam o laudo à universidade para uma resposta concreta na garantia dos direitos relacionados à acessibilidade e permanência desses em cobrança aos órgãos responsáveis. Evita-se assim, erros na autoidentificação das deficiências do público-alvo da Educação Especial e planos estruturantes ativos.

Contextualizamosⁱ a UV que fica Localizada no estado de Veracruz de Ignacio de la Llave, no México, com cinco *campi* universitários. O seu ano de fundação aconteceu em 1944. Ainda sobre a pesquisa de Silva (2018, p. 65), esta universidade conta com 173 de cursos de graduação, 124 cursos de pós-graduação e mais de 20.000 alunos matriculados em oficinas, programas de educação não formal da universidade, totalizando 79.179 estudantes universitários. Vejamos a tabela:

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ESTUDANTES POR TIPO DE DISCAPACIDAD

<i>Estudiantes con discapacidad</i> (valor total)	441
Discapacidad Visual	84,1%
Discapacidad Auditiva	7,1%
Discapacidad Motriz	8,8%

Fonte: Silva, 2018, p.44.

A distribuição percentual de estudantes por tipo de discapacidad na UV é devido as modalidades de formação nas quais licenciatura, pós-graduação, técnico superior universitário e educação não formal, assumem o número alto de pessoas com *discapacidad* que são incluídas, conforme apresentado pelo

CODEU (2012) e por Raulino e Silva (2018). Ressaltamos assim, a prática orgânica das políticas universitárias no atendimento, encaminhamento e acompanhamento durante os níveis de formação que cada discente com *discapacidad* está (ex)incluso.

Sobre a política de inclusão nos dois países: o que revelam as legislações?

Nos estudos de Conceição (2017, p.24) apresentamos os seguintes levantamentos sobre as legislações e suas devidas atualizações:

Legislações Brasileiras sobre Educação
• Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, de 1988.
• Lei nº. 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.
• Política Nacional de Educação Especial, de 1994.
• Lei 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional, de 1996a.
• Portaria nº. 277 do Ministério da Educação, de 1996b.
• Decreto nº. 3.298, de 1999a.
• Portaria nº. 1.679, de 1999b.
• Resolução nº. 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE-CEB) – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001.
• Portaria nº 3.284, de 2003.
• Decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 - Programa Incluir.
• Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – Decreto Presidencial nº. 6096, 2007.
• Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008.
• Decreto nº. 7.234 – Programa Nacional de Assistência Estudantil, de 2010.

<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº. 7.611 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, de 2011a.
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 13.146 - Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa Com Deficiência, 2015.

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007), a PNEE (2008) e o Programa Incluir (2004, 2005 e 2012) conceberam solidez ao cumprimento da acessibilidade na esfera acadêmica e a responsabilidade da garantia com aqueles que se encontravam para além da margem de exclusão nessas interdependências sociais. Moreira (2005, p.1) nos fala que para além da educação básica “[...] quase nada se tem sobre essa situação no contexto universitário, o que indica a carência de reflexões e, sobretudo, políticas públicas que contemplem ações que avancem para uma educação inclusiva no ensino superior”.

Legislações Mexicanas sobre Educação
Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, de 1917.
Código Civil Federal, de 1928.
Ley Federal del Derechos, de 1981.
Ley de la Comisión Nacional de los Derechos Humanos, de 1992.
Ley General de Educación, de 1993.
Ley Federal para prevenir y eliminar la discriminación, de 2003.
Ley general de la infraestructura física educativa, 2008.
Ley para la Integración de las Personas con Discapacidad del estado de Veracruz de Ignacio de la Llave, 2010.
Ley general para la inclusión de las personas con discapacidad, de 2011.
Ley federal de justicia para adolescentes, de 2012.
Programa Nacional para el Desarrollo y la Inclusión de las Personas con Discapacidad – 2014/2018, de 2013.

Fonte: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/aboga.htm>

Algumas aproximações das leis brasileiras para as mexicanas e vice-versa se evidenciam nos processos políticos e históricos. O primeiro contexto instiga-nos a pensar sobre a diferente temporalidade das constituintes, leia-se, respectivamente: Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; e, Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, de 1917. Nosso país integrou na constituinte a maioria dos direitos que o outro ramificou no desenrolar de 71 anos. Sendo assim, não cabe a esse trabalho julgar a eficácia de cada uma em seus territórios tendo em vista suas particularidades de formação independente para o Estado Democrático de Direito, ainda mais pelos processos transformativos das nove versões de nossa carta magna.

Cabe-nos, com isso, perceber que a Ley General de Educación, de 1993 pode ser comparada com a Lei 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional, de 1996. Ambas propõem uma definição clara na estruturação sobre a educação de seus países. Observamos atentamente também, que não há no país do México uma lei específica para a acessibilidade no Ensino Superior, enquanto que no Brasil, o público-alvo da Ed. Especial está assegurado normativamente pelo documento orientador do Programa Incluir.

Algumas considerações que o estudo nos provoca

Interessante saber que tanto a realidade brasileira quanto a mexicana estão envolvidas em contextos de exclusão educacional em longo prazo na América Latina. Isso porque o exercício de frustração como coloca Gentili (2009), remete cada vez mais para os sérios limites colocados desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda em 1948. Podemos ver esses mecanismos em três fatores que expandem a “*universalização sem direitos*” dos sistemas educacionais latino-americanos, segundo Gentili (2009):

- a) a combinação e articulação de condições de pobreza e desigualdade vividas por um significativo número de pessoas em nossas sociedades;
- b) o desenvolvimento fragmentado dos sistemas escolares e os enormes diferenciais de oportunidades que as escolas oferecem;
- c) a promoção de uma cultura política sobre os direitos humanos – e, particularmente sobre o direito à educação – marcada por uma

concepção privatista e economicista que, longe de ampliar, restringe as fronteiras desse direito as oportunidades de acesso e permanência no mercado de trabalho. A exclusão incluyente no campo educacional produz-se não apenas, mas em parte, graças à combinação destes três fatores. (GENTILI, 2009, p.1064).

Estamos em um contexto de 180 milhões de pobres na América Latina, isto porque essas estatísticas se duplicam quando falamos para as populações de 0 a 18 anos e para a população indígena ou negra (GENTILI, 2009). Esses dados são importantes por apontarem que a população público-alvo da educação especial também se efetiva nessas necessidades existenciais e que

[...] a probabilidade de que os meninos e as meninas com menos de 5 anos terminem seus estudos primários em 2015 é igual ou superior a 95% na Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai, e se situa entre 90% e 95% no Brasil, Costa Rica e Venezuela (GENTILI, 2009, p. 1061 apud UNICEF, 2006, p.44).

Decerto, o leitor deve-se perguntar: o porquê destes dados serem importantes para a análise resultante a partir da investigação do ensino superior no Brasil e no México? De fato, até chegarmos a este nível de ensino passamos por uma construção social, cultural, subjetiva e instrucional na educação básica, conforme a estrutura curricular e organizacional de ambos os países postulados em diversos documentos supracitados no terceiro momento desse subprojeto. Entretanto, nós não devemos nos reduzir a reflexões rasas, ainda mais, quando o foco são os sistemas de ensino. Muito há o que se pretender e no que se engajar quando professores, ainda mais em nossa área e como colocado desde o início, nesta militância na atualidade política nacional e mexicana. Nas palavras de Moreira (2005) a inclusão do aluno com necessidade educacional especial (NEE) tem representado um desafio da Educação Infantil à Superior. E a nós está o desafio de incluir integralmente e efetivamente este indivíduo às suas razões de ser/estar nessa consciência educativa.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal: República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da inclusão escolar**, 2008.

BAZILATTO, Alexandre. **Surdez, linguagem e conhecimento na educação superior: trajetórias formativas de surdos no Brasil e no México**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2017.158f

CONCEIÇÃO, Júnio Hora. **Educação Especial no Ensino Superior: processos sociais comparados entre México e Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2007. 158f.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA, L. R. C. Experiências vivenciadas por alunos com deficiência visual em Instituições de Ensino Superior na cidade de Uberlândia-MG. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

GENTILI, Pablo. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. Educ. Soc. Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOREIRA, C. Laura. **A inclusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão**. Revista Educação Especial, núm. 25/2005, p. 1-6. ISSN: 1808-270x. Santa Maria: Brasil. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível

em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127395004>> ou
<revistaeducaçoespecial.ufsm@gmail.com>.

OLIVEIRA, C. B. **Ações afirmativas e inclusão sustentável de estudantes com limitações por deficiência na educação superior.** 2009. 223 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

PÉREZ-CASTRO, Judith. **La inclusión de las personas con discapacidad en la educación superior en México.** Sinéctica, Revista Electrónica de Educación [en línea] 2016, (Enero-Junio): [Fecha de consulta: 13 de abril de 2018] Disponible en:<<http://ucsj.redalyc.org/articulo.oa?id=99843455011>> ISSN 1665-109X.

SILVA, Rayner Raulino. **Deficiência, Discapacidade e Inclusão:** produção de sentidos nas figurações em contextos universitários. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SVERDLICK, Ingrid; FERRARI, Paola y JAIMOVICH, Analía. Primera Edición: **“Desigualdad e inclusión en la educación superior. Un estudio comparado en cinco países de América Latina”.** Serie: Ensayos & Investigaciones del Laboratorio de Políticas Públicas - Buenos Aires, Nº 9. © Laboratorio de Políticas Públicas (Buenos Aires, 2005). ISBN: 987-22071-4-3.

VADILLO, R. C. **Estudiantes universitarios:** políticas y representaciones sobre discapacidad. 2016. 409 t. Tese (Doutorado em Investigação Educativa) – Programa Pós-Graduação, Instituto de Investigaciones en Educación, Universidad Veracruzana. 2016.

_____. Ordenamientos jurídicos y políticas sobre discapacidad en la Universidad Veracruzana: rupturas, desencuentros y omisiones. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, n. 21, v. 8, 2017. p. 174-189.

XAVIER, Mario de Jesus. **Sentidos de inclusão e/ou exclusão nas realidades brasileira e mexicana:** um estudo comparado no ensino superior. Relatório Final do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC, 2017/2018) – Universidade Federal do Espírito Santo, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. 2018.
